

# O amor como significação para uma sociologia da individualização: esboço de uma analítica de relacionamentos afetivos na contemporaneidade

*Túlio Rossi\**

## **Resumo:**

Apresenta-se uma proposta analítica do amor erótico a partir da sociologia, relacionando-o a modos e discursos de produção de si na atualidade. Tal proposta integra minha atual pesquisa que objetiva analisar, em sua dimensão cultural e simbólica, os processos de individualização contemporâneos. Estabelecendo conexão com trabalhos anteriores, o amor desponta como importante elemento de reconhecimento e validação de si, sendo analisado enquanto tipo específico de significação, tanto de experiências quanto de gestos, relações e sentimentos, culminando na produção de um sentido reiterativo da individualidade dos amantes. Entende-se que há uma relação recíproca entre a cultura individualista e os ideais amorosos contemporâneos de modo a extrapolar o subjetivismo associado a esses temas, constituindo, portanto, objeto relevante de pesquisa sociológica.

**Palavras-chave:** Amor. Individualidade. Cultura. Contemporaneidade.

\* Professor doutor da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: [tulio.rossi@ufu.br](mailto:tulio.rossi@ufu.br)  
<https://orcid.org/0000-0003-4391-7268>

## Love as signification for a sociology of individualization: an analytical sketch for affective relationships in contemporary times

### **Abstract:**

An analytical proposal of erotic love from sociology is presented, relating it to ways and discourses of self-production in current times. This proposal integrates my present research that aims to analyze, in its cultural and symbolic dimension, the processes of contemporary individualization. Establishing a connection with previous works, love emerges as an important element of self-recognition and validation, being analyzed as a specific way to assign meaning, both to experiences and gestures, relationships and feelings, culminating in a reiterative sense of the individuality of lovers. It is understood that there is a reciprocal relationship between individualistic culture and contemporary loving ideals which extrapolates the subjectivism associated with these themes, thus constituting a relevant object of sociological research.

**Keywords:** Love. Individuality. Culture. Contemporaneity.

## El amor como significación para una sociología de la individualización: esquema de un análisis de las relaciones afectivas en los tiempos contemporáneos

### **Resumen:**

Se presenta una propuesta analítica del amor erótico desde la sociología, relacionándola con formas y discursos de autoproducción en los tiempos actuales. Esta propuesta integra mi presente investigación que pretende analizar, en su dimensión cultural y simbólica, los procesos de individualización contemporánea. Estableciendo una conexión con trabajos anteriores, el amor emerge como un elemento importante de autorreconocimiento y validación, siendo analizado como una forma específica de asignar significado, tanto a las experiencias como a los gestos, relaciones y sentimientos, culminando en

un sentido reiterativo de la individualidad de los amantes. Se entiende que existe una relación recíproca entre la cultura individualista y los ideales amorosos contemporáneos que extrapola el subjetivismo asociado a esos temas, constituyendo así un objeto relevante de investigación sociológica.

**Palabras clave:** Amor. Individualidad. Cultura. Contemporaneidad.

## Introdução

Este artigo reflete um ponto de inflexão atual em meus estudos relacionados ao campo das emoções e, mais especificamente, do amor, desde a publicação de minha tese de doutorado revisada em livro (Rossi, 2014). Então, a pesquisa abordara a construção de imagens e discursos sobre o amor romântico a partir do cinema hollywoodiano, buscando apontar conexões entre as formas específicas – com recurso às técnicas da linguagem cinematográfica – com que Hollywood apresentava não somente histórias de amor consideradas fantásticas, mas, principalmente, imagens, discursos e posicionamentos valorativos reproduzidos e incentivados em relação ao tema e, de modo nem sempre direto, à própria sexualidade e constituição de identidades pessoais. Combinando referenciais teóricos da Sociologia das Emoções (Solomon, 1994; Shields, 2002) e da Sociologia do Cinema (Sorlin, 1982; Menezes, 2004) e ancorada a uma perspectiva sociológica compreensiva (Weber, 2000), a tese, em seu desenvolvimento e conclusão, apresentou uma proposta de analítica sociológica do amor que não o tomasse como um sentimento único específico ou combinação determinada de vários sentimentos, mas, antes, como uma forma peculiar de **significação**, ao mesmo tempo socialmente constituída, mas profundamente enraizada na figura do indivíduo moderno. Em capítulo de livro recentemente publicado, essa proposta analítica foi retomada sob a forma de uma reflexão de cunho metodológico, detalhando o **amor como significação** como um conceito sociológico:

O conceito sociológico aqui proposto de “amor como significação” pode ser resumido da seguinte maneira: por amor, referimo-nos a uma forma historicamente constituída e específica de conferir valor e significado a ações, sentimentos, idealizações e pulsões mais ou menos articulados entre si, geralmente tendo a atração sexual como base – mas não necessariamente como fim – e caracterizados por estimulação mais ou menos consciente de ideias de elevação espiritual e enaltecimento de si que seriam impossíveis de se atingir na ausência do parceiro considerado ideal. (Rossi, 2021, p. 194).

Este artigo se insere em continuidade e diálogo com o referido capítulo, adotando o conceito supracitado e adentrando, mais especificamente, no tema da individualização nas sociedades contemporâneas, também abordado em sua dimensão cultural e simbólica, sob uma perspectiva sociológica compreensiva. Esse último tema, por sua vez, é objeto de um novo projeto de pesquisa em andamento na Universidade Federal de Uberlândia. Portanto, a tônica deste artigo é sobre uma proposta analítica em desenvolvimento que articula trabalhos anteriores relativos aos temas da individualização e do amor como objeto sociológico. Observa-se que, com frequência, esses temas aparecem associados na sociologia (Martuccelli, 2016; Beck; Beck-Gernsheim, 2017). A articulação dessas temáticas ora apresentadas não é arbitrária, notando, a partir de vasta revisão bibliográfica e de pesquisas anteriores, que o amor emerge como tema de particular significância para a afirmação e reconhecimento de identidades dentro de uma cultura que enaltece a individualidade, operando como um forte signo legitimador, tanto perante a sociedade quanto do indivíduo para si mesmo. Ao mesmo tempo, argumenta-se que a configuração atual dos ideais amorosos só adquire sentido e possibilidade de existência dentro de uma cultura consolidada da individualidade como valor central.

A relação entre amor e individualidade não é novidade na teoria sociológica, aparecendo pelo menos nos trabalhos de Beck e Beck-Gernsheim (2002, 2017), como também em Giddens

(2002, 1992); em Chaumier (1999), e, de maneira um tanto quanto crítica e estereotipada, na consagrada obra de Bauman (2004), “Amor Líquido”. De fato, levando em conta principalmente as contribuições de Beck e Beck-Gernsheim, há elementos suficientes que nos permitem abordar o tema do amor, em seus aspectos tanto culturais e simbólicos quanto práticos e institucionais, como fenômeno histórico, intrinsecamente ligado à cultura e, portanto, como ela, sujeito a mudanças de ordem extra-individual. Contudo, nota-se que a vinculação no senso comum entre amor e individualidade, amiúde, provoca desconfiança de qualquer tentativa de empreender uma sociologia de tal objeto.

Essa desconfiança, a qual constitui obstáculo real ao reconhecimento e condução de pesquisas sobre o tema, decorre, em grande medida, da redução do amor ou ao campo das emoções ou da sexualidade, sob perspectivas subjetivistas. É como se, de alguma maneira, o reconhecimento da dimensão social e cultural da experiência amorosa desqualificasse sua experiência individualizada ou lhe roubasse aquilo que, supostamente, a torna sublime e **única**. Isso porque problematizar sociologicamente o amor inescapavelmente incorre em ou questionar, ou colocar em suspenso, crenças relativas à própria individualidade e, portanto, às concepções mais ontológicas de si. Mas uma sociologia do amor, tal como pretendida aqui, não se propõe a abordar e enquadrar, de forma generalizante, as vivências subjetivas dos afetos, até porque isso, além de inacessível, não constitui, epistemologicamente, objeto de pesquisa sociológica.

Não se propõe aqui qualquer ontologia do amor ou do indivíduo em si. Modestamente, cogita-se uma abordagem que, ao atribuir ao amor a característica de uma forma específica, histórica e culturalmente localizada – portanto, variável – de **significação** de vivências pessoais e afetivas, socialmente balizada e estimulada em processos socializadores, reconhece seu aspecto sociológico, enquanto “forma cultural”, sem subtrair-lhe a dimensão psíquica e existencial. Isso porque a constituição dessa dimen-

são individualizada, como parte integrante e reiterativa da individualidade **enquanto valor social** é determinante, nas sociedades modernas individualizantes e individualizadas, para que a significação amorosa em nossos tempos, enquanto produto de diferentes forças históricas, ocorra do modo que ocorre, e não de outro. Trata-se de um processo de significação específico que clama para si uma marca individualizante e restritiva, apresentando tal marca como elemento cognoscível primordial e geral.

Assim, apresenta-se uma proposta analítica especificamente sociológica do amor – no sentido de relações românticas e afetivo-sexuais – que o aborda como parte fundamental, enquanto elemento legitimador em níveis pessoal e social, de uma cultura da individualização caracteristicamente moderna. Visto que o tema ainda tende a ser tratado como do campo da subjetividade e da individualidade, propõe-se justamente problematizar e discutir aspectos ainda pouco explorados dos processos de individualização na contemporaneidade que passam pela busca de relacionamentos afetivos. Destarte, o texto adiante está dividido em dois tópicos, além das considerações finais nas quais esses são sintetizados e relacionados. Primeiramente, parte-se de uma discussão e revisão bibliográfica do tema **individualização** e a de sua dimensão cultural, como propomos aqui para melhor abordá-lo. Em seguida, de modo mais específico, desdobra-se a discussão do conceito de **amor como significação**, sublinhando sua conexão com os processos de individualização na modernidade. Por último, nas considerações finais, ao articular os tópicos anteriores, propõe-se uma analítica sociológica que compreende tanto os processos de individualização quanto às formas de amor como significação nas sociedades contemporâneas como fenômenos intrinsecamente conectados e interdependentes.

## 1. Individualização e cultura

Conforme já apontaram Beck e Beck-Gernsheim (2017), a individualização, enquanto processo histórico, não é um fenômeno novo e inédito para a sociologia. Ainda, conforme Martuccelli (2007), a temática do indivíduo aparece de diferentes modos desde a sociologia clássica, ainda que não tenha sido seu objeto central. Em Durkheim, ao abordar a socialização enquanto modo de internalização de normas e valores da sociedade pelos indivíduos, já concebidos como portadores de uma dupla consciência – individual e coletiva, o tema já emerge. Em Simmel (2006), no processo de atomização dos indivíduos em face da urbanização. Em Weber (2007), na constituição da “ética protestante”, que confere ao indivíduo a prerrogativa na busca por sinais de confirmação – nunca totalmente evidentes – de predestinação à graça divina. Como esse bem observa, juntamente ao processo de racionalização que caracteriza a modernidade, ocorre uma crescente responsabilização do indivíduo sobre seu destino, pautada na ascese religiosa que – aqui exposto de maneira bastante simplificada – constitui uma forma ativa disciplinada e sistemática de autocontrole.

Entretanto, de diferentes formas, as questões relativas ao indivíduo tendiam a abordá-lo dentro de contextos de uma leitura de perspectivas ocupadas com questões relativas à ordem social (Martuccelli, 2007) e a como as estruturas sociais – ou sistemas, ou a própria economia capitalista, numa leitura mais marxiana – produziam, sobretudo por meio da crescente divisão social do trabalho, uma concepção distintamente moderna de indivíduo, diretamente atrelada ao seu papel social. De modo que o indivíduo, embora não descartado das análises sociológicas, tendia a ser tratado quase como um subproduto, decorrência mais ou menos natural de fenômenos sociais mais amplos não ocorrendo, em muitos casos, a problematização da própria produção e desenvolvimento ativo dessa figura do indivíduo moderno. Problematização essa que ganha particular importância na sociologia de Norbert Elias.

Martuccelli, por outro lado, ao trabalhar com o conceito de “singularização”, pontua:

O processo de singularização que estamos testemunhando progressivamente impõe um princípio diferente: é também uma questão de buscar formas de garantir a continuidade organizacional sobre singularidades individuais. A importância das noções de projeto, envolvimento, excelência, desempenho, além de seus aspectos ideológicos, atestam esse investimento gerencial – as organizações devem ser ‘sustentadas’ a partir de esforços individuais. Muitas organizações se tornam, assim, seus componentes administrativos (equipes, programas...), realidades biodegradáveis, pois dependem das temporalidades de envolvimento de atores individuais (Martuccelli, 2010, p. 12).

Apontando tanto contribuições das teorias de socialização e dispositionalistas (Bourdieu e Lahire) e das teorias da individualização (Beck e Beck-Gernsheim) quanto críticas metodológicas a elas, Martuccelli propõe uma análise que parte do princípio da singularização dos indivíduos como processo estrutural, de caráter macrosociológico, o qual demandaria análises e problematizações sociológicas ao nível dos indivíduos. Por ora, a fim de não perder o foco deste artigo, abstermo-nos da discussão metodológica que o autor propõe, retendo a contribuição que, para este texto, nos parece mais vital: o reconhecimento de que há tanto um caráter processual quanto social nas tendências contemporâneas à singularização dos atores sociais. Portanto, não se trata de mudanças comportamentais idiossincráticas e aleatórias – ainda que possam assumir tal aparência em nível microsociológico –, mas de um fenômeno social abrangente que conecta indivíduos e grupos além de sua percepção e se expressa, de maneira mais visível, precisamente no modo como esses indivíduos, em suas singularidades, buscam, estabelecem e encerram relações com outros indivíduos. Nesse sentido, aproximamo-nos de uma sociologia simmeliana, considerando o conceito de sociação como:



...forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses -sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (Simmel, 2006, p. 60).

Beck e Beck-Gernsheim (2002) observam que o processo de individualização em curso no mundo ocidental pós-Segunda Guerra Mundial seria distinto do que se observara até então, sustentando-se, principalmente, pela proliferação de políticas de bem-estar social, ampliação – ou massificação – de acesso à educação e a conquistas feministas, especialmente as relativas ao ingresso no mercado de trabalho. Assim, o casal de autores argumenta que condições estruturais e históricas específicas, tais como prosperidade econômica, políticas de bem-estar social e institucionalização de interesses representados por sindicatos e outros movimentos sociais, têm importante papel na formação de tendências à individualização. Isso ainda implica possibilidades de mobilidade social, expansão do acesso à educação básica e superior e redução da jornada de trabalho (Beck; Beck-Gernsheim, 2002, p. 34).

Em função da oferta de melhores condições estruturais de serviços públicos e de bem-estar social, seriam ampliadas, aos indivíduos de diferentes classes e estratos sociais, as possibilidades de escolha e decisões em suas carreiras profissionais e biografias. Isso, para os autores, também provocaria crises no sentido de, cada vez mais, atribuir aos indivíduos não apenas o direito, mas o dever de escolhas pessoais, no exercício do que chamam de “liberdades precárias” (Beck; Beck-Gernsheim, 2002, p. 2), no sentido de que cada vez mais dimensões da existência dos indivíduos – passando pela moralidade, religião, arranjos afetivos – tornam-se menos determinadas institucional e estruturalmente – pela Igreja, pelo Estado ou pelos costumes – para se tornarem objetos de escolhas individuais que demandam um crescente

trabalho reflexivo, acompanhado de constante autorresponsabilização.

Importante observar, contudo, que tais transformações que aparentemente atribuem maior protagonismo aos indivíduos ocorrem concomitantemente a mudanças nas próprias relações e posições no mercado de trabalho, que, desde os anos 1970, nos países do Hemisfério Norte, é caracterizado, mais e mais, pela rotatividade e realocação de profissionais em diferentes cargos e empresas, rompendo com um modelo de estabilidade previamente estabelecido em que, às vezes, até ao longo de gerações, uma família inteira chegava a trabalhar em uma mesma empresa<sup>1</sup>.

Beck e Beck-Gernsheim (2002, 2017) repetidas vezes advertem que suas observações se referem principalmente ao contexto europeu e, mais especificamente, alemão. Mas, ao mesmo tempo, ainda que de modos diferenciados, tais tendências individualizantes se estendem a outros contextos. Sem dúvidas, a realidade brasileira passa muito distante da analisada pelo casal de autores. No entanto, na esteira da globalização, é notável que os valores individualizantes, hegemonicamente propalados pelos países desenvolvidos do Hemisfério Norte, seja por seus intelectuais, por seus veículos de comunicação de massa, seja mesmo pela via econômica, são absorvidos em maior ou menor medida por culturas muito variadas.

Países subdesenvolvidos, mesmo que não possuam as características e trajetórias históricas e sociais que favoreçam a individualização nos termos de Beck, absorvem, em alguma medida,

<sup>1</sup> O documentário “Roger e Eu” (Michael Moore, 1989) é bastante ilustrativo ao explorar o declínio da cidade de Flint, no estado de Michigan, após o fechamento da primeira fábrica da General Motors dos EUA, na década de 1980, situada naquela cidade, base de toda sua economia e principal fonte de empregos. O documentário também é feliz em mostrar diferentes tentativas de soluções – principalmente individuais – para a crise instaurada na cidade: da venda de coelhos como animais de estimação ou carne, passando pela adesão a empresas de marketing multinível, como Amway.

em seu sistema político e econômico, as pressões – condicionadas para o exercício da diplomacia e negociação de interesses comerciais – por adequação a modelos de indivíduo, especialmente caracterizados por sua potencialidade enquanto consumidores. Consumidores de determinados modelos, signos, sonhos e ideais de individualidade passíveis de serem traduzidos em bens de consumo e serviços, enquanto “estilos de vida”. Estilos esses que, paradoxalmente – embora sem surpresas –, enaltecem o indivíduo e sua autoprodução, mas a partir de modelos e recursos industrialmente produzidos e massivamente comercializados.

É digno de nota que essa expansão de modelos de individualidade, estilos de vida e felicidade a partir do Hemisfério Norte e que se apresentam como modelos hegemônicos, reverbera, ainda que de diferentes maneiras – às vezes dialeticamente, às vezes antropofagicamente – nas sociedades outrora colonizadas, em sua cultura e mesmo nas manifestações identitárias de diferentes grupos que se propõem contra-hegemônicos. Dito de outro modo: mesmo a recusa a uma cultura da individualização hegemônica, fundamentada numa episteme eurocêntrica, do ponto de vista *praxiológico* das dinâmicas culturais do mundo globalizado atual, pode até romper com os signos identificados com os opressores, mas não rompe com o que esses têm de mais central, que é seu caráter individualizante. De tal modo que, mesmo que as condições socioeconômicas e políticas que configuram a experiência da individualização alemã jamais possam emergir na América Latina e em outras comunidades do Sul, a dimensão cultural que promove a individualidade como valor absoluto para a própria definição de humanidade é plenamente incorporada e ajustada às realidades, interesses políticos e econômicos locais.

Portanto, apesar dessa consideração sobre aspectos econômicos e de mercado que, inegavelmente, reconhecemos como relevantes ao ofertar condições objetivas para os processos individualizantes, não é esse o rumo da presente análise. Ao delimitarmos

analiticamente a individualização à sua dimensão cultural, interessa-nos compreendê-la sobretudo nas relações de valor que, ao mesmo tempo, a constituem e são constituídas por ela. Interessa-nos, sobretudo, compreender como a individualidade se constitui enquanto valor central nas sociedades modernas contemporâneas de maneira específica e distinta – mas não completamente estranha – à sua concepção moderna predominante no século XX pelo menos até a década de 1980. Trata-se, portanto, de investigar a significação cultural que adquire a individualidade enquanto valor nas sociedades modernas ocidentais, especialmente a partir das últimas décadas do século XX. Nesse sentido, compartilha-se do entendimento de Weber do conceito de cultura como um conceito de valor:

Para nós, a realidade empírica é “cultura” porque, enquanto por nós relacionada às ideias de valor, ela abrange os elementos da realidade que, através dessa relação, se revestem para nós de uma *significação*. Uma parte ínfima da realidade individual adquire novo aspecto de cada vez que é observada, por ação do nosso interesse condicionado por tais ideias de valor. Para nós, apenas essa parte se reveste de significação, precisamente porque revela relações tornadas *importantes* pela sua vinculação a ideias de valor. (Weber, 2008, p. 34).

Portanto, a dimensão cultural é privilegiada nesta análise justamente por reconhecermos que é nessa dimensão que se produzem e reproduzem os sentidos de individualidade que servirão de fundamento não apenas para orientação de ações individuais, mas para a constituição de políticas públicas, produção de saberes especializados, relações tanto pessoais e afetivas mais ou menos institucionalizadas – da contração do matrimônio a relações “líquidas” (Bauman, 2004) – a relações de trabalho e formação de novos mercados de bens e serviços, como novos aparatos tecnológicos e aplicativos para todos os fins imagináveis – dieta, meditação, encontros e relacionamentos, geolocalização, etc. Além disso, a compreensão de novas formas de significação da individualidade é indissociável dos processos

de socialização, os quais entendemos em sentido plural e contínuo (Lahire, 2002) como fenômeno marcadamente cultural, ao pressupor, nos processos interativos que lhe são inerentes, a constante negociação, citação e reiteração de significados, bem como de sua fundamentação no senso comum – aqui entendido em seu aspecto compartilhado. De acordo com José de Souza Martins, o senso comum não é “comum” no sentido de banal ou um conhecimento “menor”, mas porque implica conhecimentos compartilhados entre os participantes da relação social, de modo que o significado precede à interação, uma vez que oferece as condições de sua ocorrência: “Sem significado compartilhado, não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos” (Martins, 1998, p. 3-4).

Sob tal perspectiva, o fenômeno da individualização em seus contornos atuais parece ensejar um instigante paradoxo: a produção de um sentido compartilhado de “indivíduo” que estimula e valoriza crescentemente a sua singularidade, de modo a beirar a incomunicabilidade, com a crença – facilmente contradita empiricamente – numa produção autônoma de significados e de si. Nos termos de Beck e Beck-Gernsheim (2017, p. 19):

A individualização designa, portanto, um fenômeno cambiante, de várias faces, ambíguo, mais precisamente: uma transformação social cuja multiplicidade de significados é real e não pode ser eliminada apenas com elucidações conceituais, ainda que necessárias. De um lado, liberdade, decisão; de outro: obrigação, cumprimento das exigências interiorizadas do mercado. Autorresponsabilidade de um lado, e do outro, dependência das condições que se esquivam ao acesso individual. Trata-se, precisamente, das condições que provocam uma singularização e também novas e diferentes dependências: a *auto-obrigação de padronizar a própria existência* (grifo dos autores).

## 2. O amor como significação culturalmente individualizante

Elias (1994) também confere especial atenção ao tema da individualização como um processo social e histórico, que se caracteriza, entre outras coisas, pela crescente diferenciação no seio da sociedade. Contudo, o autor rechaça explicações que separem e oponham indivíduo e sociedade. Desse modo, pode-se inferir que a individualização, embora se apresente, na perspectiva do indivíduo, como um fenômeno que tende a distingui-lo da sociedade circundante e opor-lhe a ela, enseja também um grau de conformidade – nunca plenamente consciente – com padrões e pressões sociais, em processos de diferenciação e autocontrole. Essa diferenciação, porém, não reduz o desejo de conexões afetivas espontâneas e do sentimento de segurança a elas associado. O autor destaca que a crescente diferenciação social característica do processo civilizatório ocidental promove também uma crescente individualização que implica na constituição de diversas e variáveis relações pessoais. Nisso, o autor sublinha “um anseio de calor afetivo, de ter afirmada a afeição dos outros e pelos outros, aliado a uma incapacidade de proporcionar afeição espontânea” (Elias, 1994, p. 167). Em seguida, Elias aponta que o desejo de dar e receber calor afetivo nas relações com outrem não é sufocado, mas, sim, a capacidade de dá-lo e recebê-lo.

Considerando a dualidade entre o anseio por dar e receber calor afetivo nas relações sociais e a incapacidade, na maioria dos casos, de atender a esse anseio, a esfera dos relacionamentos íntimos amorosos pode ser entendida como particularmente representativa da individualização como fenômeno social: de um lado, em seu aspecto singularizante, temos a ideia de produção de um universo de significados particulares e exclusivos aos amantes. Além de não ser uma ideia nova, ela é chave na idealização dos relacionamentos, na medida em que os parceiros se tornam, um para o outro, reciprocamente, “únicos no mundo”, partilhando códigos decifráveis apenas por si. De outro lado, emergem obrigações e o senso de autorresponsabilidade que vai

além da responsabilidade para com o outro, implicando modos de agir, de consumir, de se posicionar publicamente que sejam reiterativos, para si, para o/a parceiro/a e para a comunidade à volta, do cumprimento “correto” de seus respectivos papéis enquanto membros do casal. Nos dias atuais, a expressão desses posicionamentos públicos reiterativos é evidenciada no recurso às redes sociais digitais – especialmente Facebook e Instagram – nas quais, além de indicações de “status de relacionamento”, é frequente o compartilhamento de imagens – fotos e/ou vídeos – do casal nas mais variadas situações.

O discurso de amor romântico, já em suas raízes no discurso pagão dos remanescentes dos cátaros no século XII (Rougemont, 1988), pressupunha como fundamento a distinção da linguagem “comum”, por meio de códigos acessíveis apenas aos “iniciados”. Mas se, na época, esses iniciados eram remanescentes de uma tradição religiosa perseguida e quase dizimada na Idade Média, na modernidade, “iniciados” se tornam quaisquer indivíduos que, a partir das ficções – em princípio literárias e, posteriormente, cinematográficas e televisivas –, aprendem a nomear como “amor” determinada pulsão afetiva direcionada a outro indivíduo. De modo que o amor se propõe, ao mesmo tempo, como significação individual singularizante – a qual se alimenta precisamente da reiteração dessa singularização – e como significação social e culturalmente balizada que, como tal, reafirma-se não apenas pelo emprego de um léxico específico, mas também por meio de uma série de atos que institucionalizam publicamente a relação para outros atores. Desde a aquisição de um pacote de viagem de “casal” até a evocação do outro na qualidade específica de parceiro em eventos sociais: “Este é **meu** namorado”, passando pela escolha de presentes e declarações públicas de afeto nas redes sociais no Dia dos Namorados ou em datas aleatórias.

Convém assinalar que tais demonstrações, ainda que possam ter um aspecto que os críticos considerariam como exibicionismo ordinário, constitui, ao menos entre os atores engajados que

acreditam em seu papel (Goffman, 2005), um elemento de sua participação na vida social que extrapola sua relação com o/a parceiro/a. De modo que o amor mobiliza modos de participação e atuação no tecido social que vão além do casal, sem que esse necessariamente tenha consciência nessa orientação. O exemplo mais evidente é na participação na vida econômica por meio das relações de consumo. Embora individualmente orientados para a aparente satisfação de desejos e necessidades do parceiro – ou de si, por meio do parceiro – esses gestos envolvem todo um mercado complexo, de diferentes produtos e diferentes profissionais atuando em distintas esferas, mas dentro de uma perspectiva em que, curiosamente, as demonstrações daquilo que “não tem preço” são claramente precificadas de acordo com as normas típicas – embora nem sempre claras – do mercado, conforme aponta Jardim (2021). E, como a autora mostra, justamente o fato de ser considerado “algo que não tem preço” é que será apontado como justificativa para os valores cobrados nos mais variados tipos de serviço que se apresentam, seja para o encontro, a conquista, manutenção, seja para o desfrute do amor.

Serge Chaumier (1999) aponta um conflito nos ideais recentes de amor, tendo em vista que, historicamente, nas sociedades modernas ocidentais, promoveu-se um ideal de amor que pregava a “fusão” dos amantes em uma espécie de unidade simbiótica que se materializa na instituição da família. Contudo, ao menos desde os anos 1970, propagou-se cada vez mais um ideal de amor que promove o “desligamento” desse modelo fusional, estimulando o desenvolvimento das individualidades dos membros do casal. Há um caráter progressista inegável se compararmos as perspectivas mais recentes com o ideal fusional antes predominante, no qual a individualidade feminina era pouco considerada, muitas vezes sendo estimulada, desde os primeiros anos de vida, a buscar sua definição por meio da fusão com um parceiro masculino:

A mística do príncipe encantado virá se inscrever em continuidade, levando as mulheres a crerem que o sentido de



sua existência é algo escondido. Em uma existência vazia, o amor virá preencher essa falta. A mulher espera do homem uma confirmação de sua identidade, um reconhecimento, uma afirmação. [...] O jogo amoroso é idealização da fantasia do reconhecimento: “o outro me dará minha identidade... ele faz de mim alguém” (Chaumier, 1999, p. 170).

Contudo, se o ideal fusional já se revela impraticável para grande parte dos amantes, por outro lado, a idealização da fantasia de reconhecimento permanece, quiçá fortalecida. Mas se, na mística do príncipe encantado no ideal fusional, o foco da questão estaria em um membro do casal – tipicamente o homem – **dar, conceder** ao outro sua identidade ou, no mínimo, as condições materiais e institucionais de desenvolvê-la dentro de parâmetros socialmente estimulados, no desligamento amoroso, a busca por reconhecimento continua e se exacerba: busca-se o reconhecimento em si, de uma identidade (supostamente) autoproduzida. O que não soluciona a questão, pois permanece a dúvida sobre a validação dessa identidade.

É importante sublinhar que o conceito de amor fusional se sustenta por uma perspectiva de divisão sexual do trabalho e de família em que a fusão amorosa implica ideais muito discutíveis de “complementaridade” entre masculino e feminino, que tendem a naturalizar tanto os respectivos papéis de gênero dentro do relacionamento quanto o próprio caráter fusional que, na prática, tendia a inibir, de modo consideravelmente desigual, a individualidade feminina. Nesse sentido Beck-Gernsheim (2017, p. 78) aponta para uma importante mudança, na qual o projeto de individualização moderno, antes, era associado apenas às biografias masculinas, deixando a mulher encarregada do cuidado dos outros e da vida familiar. E, por muito tempo, a coesão da família nuclear se manteve ancorada nessa desigualdade, sem constituir um projeto individualizante para marido e esposa em condições equânimes. De modo que as lutas e as conquistas feministas pelo menos desde os anos 1960 também exercem importante papel enquanto lutas por reconhecimento (Honne-

th, 2003) não apenas pela institucionalização de direitos iguais, mas também pela universalização de um sentido de individualidade e autodeterminação não condicionado pelo exercício de papéis sociais específicos de gênero; subordinados às biografias masculinas e à constituição da família.

Importante frisar, portanto, que mudanças estruturais no tecido social mais amplo – na economia, na política e nas tecnologias de comunicação –, além de afetarem o âmbito e as condições de realização das relações amorosas em sentido macroscópico, também afetam, de maneira mais ou menos recíproca, os processos de significação amorosa dentro dos relacionamentos, bem como a própria produção da individualidade dos membros do casal. Não se trata apenas de um habituar-se a novas condições materiais de existência, mas, principalmente, à exposição e ao compartilhamento de determinados discursos, imagens e percepções de realidade que, de diferentes maneiras, estimulam atitudes reflexivas acerca do próprio comportamento e dos próprios laços afetivos. Um dos melhores exemplos que podemos encontrar hoje em dia é a popularização do conceito de amor líquido (Bauman, 2004). O diagnóstico pessimista, que combina a elaborada teoria da modernidade líquida do autor a percepções ainda bastante idealizadas e conservadoras acerca das relações amorosas, provocou uma espécie de identificação de muitos usuários de redes sociais e frequentadores assíduos de portais de autoajuda e colaborativos não com o conceito em si, mas com o rechaço e a crítica moral que ele enseja a dinâmicas recentes de relacionamentos afetivo-sexuais, nem sempre pautadas por ideais do tipo “felizes para sempre”.

Muitos desses admiradores de trechos esparsos da obra de Bauman encontrados em publicações curtas do Twitter, ao mesmo tempo, tomam a tragédia do amor líquido como um fato social geral e consumado e a si mesmos como últimos pilares de resistência do amor romântico. Nesse sentido, compartilham em suas redes sociais a crítica à liquidez e à efemeridade das re-

lações contemporâneas, mas reproduzem ideais românticos de distinção social. Contudo, esse idealismo inspirado em excertos da sociologia de Bauman revela uma inflexão na construção do sentido do amor na atualidade e sua conciliação com os ideais românticos percebidos e desejados como universais. Consideremos o que expõe Martuccelli (2016, p. 161) sobre o amor passional:

Aqui reside um dos principais limites que o amor como sentido vital enfrenta no momento de converter-se em um ideal para a vida social: a subversão romântica dos amantes nasce e morre com eles. Trata-se de uma revolta – nos casos em que ela é necessária – exclusiva dos amantes. As histórias de amor passional são concebidas como uma “arma” para legitimar o desejo dos amantes contra os ditames do grupo. Contudo, uma vez que nas sociedades contemporâneas a maioria das pessoas já não precisa recorrer a essa forma de heroísmo sentimental, o amor passional, esse horizonte do sentido pessoal, perde força na hora de ser erigido como um verdadeiro ideal de vida. A sociedade já não se opõe – ou quase nunca – aos projetos de amor dos indivíduos. **Pelo contrário, o amor transformou-se em uma poderosa norma social e prescrição institucional** (grifo nosso).

Desse modo, nota-se uma mudança de significação, tanto de si, por qualidades românticas individuais, quanto dos relacionamentos afetivos e sexuais em sentido amplo, bem como as indagações que se colocam no curso de sua reflexividade, ao avaliarem se uma relação em potencial é digna de seu engajamento, tanto físico quanto psíquico, emocional ou mesmo financeiro. E essa mudança muitas vezes aparenta conflitar com o ideal normatizado do amor que, contraditoriamente, exalta suas características de superação do estatuto coletivo e “libertação” pela fusão espiritual dos amantes, supostamente capaz de vencer todas as resistências atribuídas à sociedade: códigos morais, endogamia de classes, tradições limitantes, etc. Nesse sentido, o amor como norma reitera o lugar central da individualidade como valor social e, com isso, eventualmente, perde algo da aura

que lhe é atribuída como possibilidade de transcender o social, percebido como domínio do ordinário.

Assim, ressalta-se que uma abordagem sociológica do amor, a despeito de todas as instituições pretendidas como duradouras relativas a ele – em que se destaque o casamento, dentro de uma perspectiva de heterossexualidade compulsória – deve sempre levar em conta seu caráter processual e dinâmico, enquanto significação, mesmo que os signos e discursos mobilizados atuem no sentido de manter crenças e percepções de mundo historicamente estruturadas. E, reconhecendo a especificidade da experiência amorosa moderna e contemporânea marcadamente significada como singularista e singularizante, a figura do indivíduo – também fruto de processos sociais e históricos, como Elias (1999) bem observa – ocupa posição central enquanto ponto de referência para o sentido da experiência amorosa. Sentido esse que se propõe universalizante – definindo socialmente o que é ou não amor “verdadeiro” – e, ao contrário do que intui e proclama o senso comum, não direcionado ao outro, mas a **si**. Conforme aponta Chaumier (1999, p. 201):

As novas relações desenvolvidas na sociedade contemporânea consistem no pleno reconhecimento de suas subjetividades-individualidades. Isso significa, de dois *uns* para construir uma terceira história. Não se trata mais de um dos parceiros desaparecer ao formar o casal. Cada um entende conservar sua identidade específica e afirmar o direito a uma existência autônoma.

É importante sublinhar que, com essa reflexão sociológica, não se pretende endossar críticas comuns que apontam a preponderância da individualidade na configuração dos processos de significação amorosa e de relacionamentos afetivos como algo moralmente negativo. Trata-se, antes, de uma constatação, a qual recusa, igualmente, a nostalgia romântica da qual se revestem tais críticas, que apontam para um passado supostamente mais “simples” ou “honesto”, quando os relacionamentos amorosos

durariam mais. Nesses casos, emerge a confusão entre amor e instituição do matrimônio e ignoram-se todas as condições sociais, culturais e legais hodiernas que conferem a mais mulheres oportunidades de separação e de assumirem o controle de suas biografias independentemente das posições de mãe e esposa. Algo que, vale salientar, ainda não é a realidade de muitas mulheres que dependem financeiramente de seus parceiros ou, senão, do arranjo conjugal e familiar com eles constituído.

Mas, mesmo em casos como esses, especialmente pelas possibilidades ofertadas pela massificação do acesso a mídias digitais – em que se incluem desde vídeos tutoriais no Youtube a redes sociais, plataformas de vídeo streaming, portais de autoajuda, podcasts, aplicativos de relacionamento, etc. –, o contato com discursos e narrativas de possibilidades variadas de produção de si e significação amorosa expandem-se numa forma especialmente individualizada a partir da tecnologia, ao colocar isso tudo, literalmente, na palma da mão do usuário. De tal modo que, mesmo em condições práticas e materiais limitadas de transformação, o potencial reflexivo que emerge do contato com essa diversidade de conteúdos e formas de significação contribui para alterar tanto as percepções de si e da realidade circundante quanto o léxico e o repertório simbólico mobilizados para transitar, comunicar-se e estabelecer conexões afetivas – tanto faz se duradouras ou não. Isso, por sua vez, causa impactos diversos – tanto por via de reafirmação ou questionamento – nos modos de significar as próprias emoções e relações afetivas, consequentemente, impactando em modos com que indivíduos orientam suas ações perante outros, ao mesmo tempo em que interpretam reciprocamente as ações desses outros.

## Considerações finais

Buscou-se, ao longo do presente texto, articular uma série de inquietações e possibilidades teóricas e analíticas para questões

insistentes que se apresentam no início de uma nova pesquisa. Nesse sentido, trata-se ainda de uma tentativa de desembaraçar um grande emaranhado de ideias em que novas leituras se entrelaçam a questões anteriormente trabalhadas – e jamais esgotadas – que, à luz dos anos, de releituras, reescritas e debates, ganham novo corpo ainda em processo de deciframento. De todo modo, algum direcionamento já emerge nesse processo, como é apontado a seguir:

Em primeiro lugar, apresentou-se, de modo bastante sintético, uma chave analítica para os processos de individualização nas sociedades contemporâneas que enfatize sua dimensão cultural e simbólica, bem como seu caráter processual e relacional. Dentre os clássicos destacou-se, por um lado, a contribuição simmeliana em face do fundamento relacional de sua análise dos processos sociais, com a qual a perspectiva de Elias encontra frutuosas aproximações. Por outro lado, ainda remontando aos clássicos, encontra-se na sociologia weberiana uma importante fonte de inspiração metodológica em face de seu caráter compreensivo e da particular relevância que a dimensão cultural, enquanto campo operacional da produção, reprodução e transformação de sentidos, assume na interpretação dos fenômenos sociais de modo a reconhecer o papel ativo dos indivíduos na manutenção e modificação dessa dimensão.

Saindo dos clássicos, foram apresentadas algumas perspectivas que, a despeito de algumas discordâncias teórico-metodológicas, têm em comum o reconhecimento dos processos de individualização (Beck e Gernsheim, 2002) ou singularização (Martuccelli, 2010) como fenômenos sociais de ordem macrosociológica, atuando no nível das estruturas e instituições sociais – sempre percebidas de forma dinâmica e mutável – envolvendo economia, política e valores individualizantes que tendem a se apresentar como universais. Nesse sentido, defendeu-se como necessária uma análise sociológica aprofundada das condições sociais e históricas de produção de uma concepção específica

de individualidade como valor central e sagrado para os atores contemporâneos. Entende-se que a individualidade como valor pretensamente universal, ao mesmo tempo em que esteve presente na emergência das sociedades modernas como um dos seus princípios ideológicos fundadores, passa por mudanças e ressignificações no curso da história da modernidade, com tendência a torna-se mais abrangente e mais matizada, sem, entretanto, perder de vista seu caráter de princípio ideológico universalizante. Nesse sentido, seja no campo político – tanto do ponto de vista do ativismo quanto das instituições –, seja no campo econômico, em sua relação com a estilização da vida por meio do consumo, o princípio da individualidade aparece cada vez mais como corolário – ou até mesmo sinônimo – de “humanidade”.

Segundamente, articulou-se uma analítica sociológica do amor – mais especificamente em sua variante romântica e afetivo-sexual – a essa concepção da individualização como processo cultural e sócio-histórico que acreditamos, hoje, mais do que nunca, tornar-se central para a compreensão dos comportamentos e dinâmicas sociais e interrelacionais contemporâneos. Contudo, não se tratou de simplesmente apresentar o amor como decorrência desse processo mais abrangente de individualização. Ao apresentar o conceito de amor como significação e, com isso, enfatizar sua dimensão mutável e passível de uma análise sociológica interpretativa e não determinista, entendemos que esse, reciprocamente, cumpriu e cumpre papel fundamental nos processos históricos de individualização desde a aurora da modernidade. De modo que o tema do amor não é concebido aqui como qualquer objeto arbitrariamente selecionado a ser enquadrado sob uma explicação generalizante dos processos de individualização. Ao contrário, entendemos que a própria valorização do tema do amor desde o romantismo burguês do final do século XVIII até os seus contornos mais atuais, amplamente propagado por mídias impressas, audiovisuais e digitais, executa um papel-chave na consolidação da cultura individualizante contemporânea.

Por ora, ainda não somos capazes de identificar e apontar com precisão como esta relação simbiótica entre cultura da individualização e significação amorosa se desenvolve, uma vez que é justamente esse o problema central que se encontra ainda em elaboração. No entanto, como primeira – e, portanto, sabidamente temporária – hipótese, voltamos nosso olhar para o que percebemos comum à individualidade e ao amor como valores culturais particularmente significativos da contemporaneidade: paradoxalmente, ambos se afirmam e precisam se reconhecer por meio de uma diferenciação radical do mundo social circundante, explícita e performaticamente reafirmando sua distinção e suas idiossincrasias como “provas”, elementos legitimadores para si – indivíduo no singular e seu/sua parceiro/a –, mas necessitam fazê-lo em uma forma específica socialmente determinada e balizada – também mutável e mais ou menos transitória – que, ao mesmo tempo, não lhe recusa o caráter idiossincrático, mas também não o enquadra como desviante ou abjeto.

De modo que, paradoxalmente, o amor é idealizado como lugar privilegiado – senão o único – para a vivência máxima da individualidade, mas, ao mesmo tempo, subjugado a uma série de prescrições sociais, culturais e históricas que, seja por meio das instituições como o Estado, a Igreja ou a Família, seja por meio da validação de usuários das redes sociais, afinidades com canções e obras artísticas e de entretenimento, busca para si uma legitimidade que não pode ser encontrada nem solitariamente, nem apenas no parceiro amoroso. O amor é idealizado como elemento legitimador de relações, distinguindo-se, por exemplo, da promiscuidade ou da “liquidez”, como gostariam os adeptos mais moralistas de Bauman nas redes sociais. E, ao mesmo tempo, é o legitimador do **indivíduo** como portador de méritos especiais que o tornem digno do que, curiosamente, é apresentado como um bem democrático e universal; algo que, nas narrativas românticas, todo ser humano estaria destinado a encontrar e vivenciar. Por fim, entendemos que, dentro da perspectiva de uma sociedade que erigiu a individualidade como valor central,



absoluto e geral, o amor, como ideal e como forma de significação, é o que possibilita, por seu caráter intrinsecamente relacional e culturalmente personalista, a ligação, em nível prático e em nível simbólico, entre “indivíduo” e “sociedade”. Obviamente, sem ignorar, do ponto de vista analítico, a artificialidade dessa separação, mas reconhecendo seus efeitos práticos na orientação dos comportamentos em sociedade, em níveis individuais e coletivos. De modo que o amor, ao oferecer a condição máxima do reconhecimento individual **por outro**, confere ao indivíduo a confirmação e legitimação de sua existência como membro de uma sociedade, de maneira aparentemente independente dela.

## Referências

- Bauman, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- Beck, Ulrich; Beck-Gernsheim, Elisabeth. **O caos totalmente normal do amor**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Individualization: Institutionalized individualism and its social and political consequences**. London: SAGE Publications, 2002.
- Chaumier, Serge. **La déliaison amoureuse**. Paris: Armand Colin, 1999.
- Elias, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- Giddens, Anthony. **A Transformação da Intimidade**. São Paulo: UNESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Goffman, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- Honneth, Axl. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.
- Jardim, Maria. Chaves. A construção social do mercado de afeto: o caso das agências de casamento em contexto de consolidação dos aplicativos. **REPOCS**, v. 18, n.1, 2021, p. 43-62.
- Lahire, Bernard. **O homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Martins, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, v.10, n.1, 1998, p. 1-8

Martuccelli, Danilo. La individuación como macrosociología de la sociedad singularista. **Persona y Sociedad**, v. XXIV, n. 3, 2010, p. 9-29.

\_\_\_\_\_. **Lecciones de sociología del individuo**. Lima: Universidad Católica Del Peru, 2007.

\_\_\_\_\_. O indivíduo, o amor e o sentido da vida nas sociedades contemporâneas. **Estudos Avançados**, 30, (86), 2016, p. 147-165.

Menezes, Paulo. O cinema documental como representificação. In: Novaes, Sylvia Caiuby (org). **Escrituras da Imagem**. São Paulo: Edusp, 2004.

Rossi, Túlio. O amor como significação: esboço de uma analítica sociológica. In: Bitencourt; Estevinho (Orgs.) **Sociologia por Temáticas**. Cuiabá: EDUFMT, 2021.

Rossi, Túlio. **Uma sociologia do amor romântico no cinema: Hollywood: anos 1990 – 2000**. São Paulo: Alameda, 2014.

Rougemont, Denis de. **O amor e o Ocidente**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

Shields, Stephanie A. **Speaking from the heart: Gender and the Social Meaning of Emotion**. Cambridge: University Press. 2002.

Simmel, G. **Questões fundamentais em Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. As grandes cidades e a vida do Espírito (1903). **Mana**, n. 11, v. 2, 2005, p. 577-591.

Solomon, Robert. **About love – reinventing romance for our times**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1994.

**Sorlin, Pierre. Sociologie du cinéma**. Paris: Aubier Moutaigne, 1982.

Weber, Max. **Economia e Sociedade**, v.I. Brasília: UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Centauro, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em 13/01/2022

Aceito em 17/05/2022